

A MALDIÇÃO DE ADÃO
Vol. II

1. Exploração 11
2. Os trabalhadores rurais 39
3. Artesãos e outros 71
4. Os tecelões 117
5. Padrões e experiências 179
6. O poder transformador da cruz 225
7. Comunidade 291

A FORÇA DOS TRABALHADORES
Vol. III

1. A Westminster radical
2. Um exército de justiceiros
3. Demagogos e mártires
4. Consciência de classe

Índice remissivo

PREFÁCIO

Este livro tem um título um tanto desajeitado, mas adequado ao seu propósito. *Fazer-se**, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.

Classe, e não *classes*, por razões cujo exame constitui um dos objetivos deste livro. Evidentemente, há uma diferença. "Classes trabalhadoras" é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelões, e juntos constituem as classes trabalhadoras.

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Resalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma "estrutura", nem mesmo como uma "categoria", mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.

Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa

* O título original do livro é *The Making of the English Working Class*. Por várias razões, optou-se pelo título brasileiro *A Formação da Classe Operária Inglesa*. No entanto, a palavra "formação" perde em muito o conteúdo subjetivo e processual de "making": ao substantivar o gerúndio de *to make*, o autor pretende, efetiva e conscientemente, ressaltar esse movimento de "autofazer-se" das classes sociais ao longo da história. Mantivemos *fazer-se* neste prefácio, onde o leitor poderá captar melhor a intenção de Thompson e sua referência a "um título um tanto desajeitado". Outra opção de tradução que talvez mereça um esclarecimento é a de "working class": a expressão tem claramente o sentido determinado de "classe operária". Quando o autor se refere às "classes trabalhadoras" em sentido mais amplo e vago, emprega a expressão "working classes". (NT)

à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir *em* relação recíproca. Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

Existe atualmente uma tentativa generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Não era esse o significado em Marx, em seus escritos históricos, mas o erro deturpa muitos textos “marxistas” contemporâneos. “Ela”, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente — uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção. Uma vez isso assumido, torna-se possível deduzir a consciência de classe que “ela” deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais. Há uma superestrutura cultural, por onde esse reconhecimento desponta sob formas ineficazes. Essas “defasagens” e distorções culturais constituem um incômodo, de modo que é mais fácil passar para alguma teoria substitutiva: o partido, a seita ou o teórico que desvende a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser.

Mas um erro semelhante é diariamente cometido do outro lado da divisória ideológica. Sob uma forma, é uma negação pura e simples. Como a tosca noção de classe atribuída a Marx pode

ser criticada sem dificuldades, assume-se que qualquer noção de classe é uma construção teórica pejorativa, imposta às evidências. Nega-se absolutamente a existência da classe. Sob outra forma, e por uma inversão curiosa, é possível passar de uma visão dinâmica para uma visão estática de classe. “Ela” — a classe operária — existe, e pode ser definida com alguma precisão como componente da estrutura social. A consciência de classe, porém, é algo daninho, inventado por intelectuais deslocados, visto que tudo o que perturba a coexistência harmoniosa de grupos que desempenham diferentes “papéis sociais” (assim retardando o crescimento econômico) deve ser lamentado como um “sintoma de motim injustificado”.¹ O problema consiste em determinar a melhor forma de condicioná-la, para que aceite seu papel social, e de melhor “tratar e canalizar” suas queixas.

Se lembramos que a classe é uma relação, e não uma coisa, não podemos pensar dessa maneira. “Ela” não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste. Tampouco podemos inverter as questões, tal como fez uma autoridade no assunto que (num estudo de classe obsessivamente preocupado com questões metodológicas, excluindo o exame de qualquer situação real de classe num contexto histórico real) nos informou:

As classes se baseiam nas diferenças de poder legítimo associado a certas posições, i.é, na estrutura de papéis sociais em relação a suas expectativas de autoridade. ... Um indivíduo torna-se membro de uma classe ao desempenhar um papel social relevante do ponto de vista da autoridade: ... Ele pertence a uma classe porque ocupa uma posição numa organização social; i.é, o pertencimento a uma classe é derivado da incumbência de um papel social.²

Evidentemente, a questão é como o indivíduo veio a ocupar esse “papel social” e como a organização social específica (com seus direitos de propriedade e estrutura de autoridade) aí chegou. Estas são questões históricas. Se detemos a história num determi-

1. Um exemplo que aborda o período referente a este livro, pode ser encontrado no trabalho de um colega do Professor Talcott Parsons: N. J. Smelser, *Social Change in the Industrial Revolution*, 1959.

2. R. Dahrendorf, *Class and Class Conflict in Industrial Society*, 1959, p. 148-9.

nado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.

Se mostrei um entendimento insuficiente das preocupações metodológicas de certos sociólogos, espero, no entanto, que este livro seja tomado como uma contribuição para a compreensão da classe. Pois estou convencido de que não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico. Nos anos entre 1780 e 1832 os trabalhadores ingleses em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores. Essa classe dirigente estava, ela própria, muito dividida, e de fato só conseguiu maior coesão nesses mesmos anos porque certos antagonismos se dissolveram (ou se tornaram relativamente insignificantes) frente a uma classe operária insurgente. Portanto, a presença operária foi, em 1832, o fator mais significativo da vida política britânica.

Assim está escrito o livro. Na Parte I, trato das tradições populares vigentes no século 18 que influenciaram a fundamental agitação jacobina dos anos 1790. Na Parte II, passo das influências subjetivas para as objetivas — as experiências de grupos de trabalhadores durante a Revolução Industrial que me parecem de especial relevância. Tento também avaliar o caráter da nova disciplina industrial do trabalho e da posição, a esse respeito, da Igreja Metodista. Na Parte III, recolho a história do radicalismo plebeu, levando-a, através do luddismo, até a época heróica no final das Guerras Napoleônicas. Finalmente, discuto alguns aspectos da teoria política e da consciência de classe nos anos 1820 e 1830.

Este é antes um conjunto de estudos sobre temas correlatos do que uma narrativa seqüenciada. Ao selecionar os temas, estava ciente de, por vezes, escrever contra o peso de ortodoxias predominantes. Há a ortodoxia fabiana, onde os trabalhadores em sua grande maioria são vistos como vítimas passivas do *laissez-faire*, com a exceção de alguns organizadores com uma visão de longo alcance (especialmente Francis Place). Há a ortodoxia dos historiadores econômicos empíricos, onde os trabalhadores são vistos como força de trabalho, migrantes ou dados de séries estatísticas.

Há a ortodoxia do "*Progresso do Peregrino*", onde aquele período é esquadrinhado em busca de pioneiros precursores do Estado do Bem-Estar Social, progenitores de uma Comunidade Socialista ou (mais recentemente) precoces exemplares de relações industriais racionais. Cada uma dessas ortodoxias tem uma certa validade. Todas contribuíram para nosso conhecimento. Discordo das duas primeiras porque tendem a obscurecer a atuação dos trabalhadores, e o grau com que contribuíram com esforços conscientes, no fazer-se da história. Discordo da terceira porque lê a história à luz de preocupações posteriores, e não como de fato ocorreu. Apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos.

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do "obsoleto" tear manual, o artesão "utópico" e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais.

Não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior. Afinal de contas, nós mesmos não estamos no final da evolução social. Podemos descobrir, em algumas das causas perdidas do povo da Revolução Industrial, percepções de males sociais que ainda estão por curar. Além disso, a maior parte do mundo ainda hoje passa por problemas de industrialização e de formação de instituições democráticas, sob muitos aspectos semelhantes à nossa própria experiência durante a Revolução Industrial. Causas que foram perdidas na Inglaterra poderiam ser ganhas na Ásia ou na África.

Finalmente, uma nota de desculpas aos leitores escoceses e galeses. Negligenciei essas histórias, não por chauvinismo, mas por respeito. Visto que a classe é uma formação tanto cultural como econômica, tive o cuidado de evitar generalizações para além da experiência inglesa. (Tratei dos irlandeses não na Irlanda, mas enquanto imigrantes na Inglaterra.) O registro escocês, em parti-

cular, é tão dramático e atormentado como o nosso. A agitação jacobina escocesa foi mais intensa e mais heróica. Mas a história escocesa é significativamente diferente. O calvinismo não foi o mesmo que o metodismo, embora seja difícil dizer qual dos dois era o pior no início do século 19. Não tivemos na Inglaterra nenhum campesinato comparável aos migrantes das Terras Altas. E a cultura popular era muito diferente. É possível, pelo menos até os anos 1820, considerar como distintas as experiências inglesa e escocesa, visto que os laços sindicais e políticos eram inconsistentes e imaturos.

Este livro foi redigido em Yorkshire, e vem por vezes tingido pelas fontes de West Riding. Devo meus agradecimentos à Universidade de Leeds e ao professor S. G. Raybould por me permitirem, alguns anos atrás, iniciar a pesquisa que aqui desembocou; e aos membros da Fundação Leverhulme pela concessão de uma bolsa de pesquisa, que me permitiu concluir a obra. Também aprendi muito com estudantes de minhas turmas, com quem discuti muitos dos temas aqui tratados. Devo agradecimentos também às entidades que me permitiram citar fontes manuscritas e impressas: os agradecimentos específicos se encontram no final da primeira edição.

Também tenho de agradecer a muitas outras pessoas. Christopher Hill, professor Asa Briggs e John Saville fizeram críticas a partes do rascunho, embora não sejam de modo algum responsáveis pelos meus julgamentos. R. W. Harris demonstrou uma grande paciência editorial, quando o livro ultrapassou os limites de uma série onde inicialmente se incluiria. Perry Anderson, Denis Butt, Richard Cobb, Henry Collins, Derrick Crossley, Tim Enright, dr. E. P. Hennock, Rex Russell, dr. John Rex, dr. E. Sigsworth e H. O. E. Swift me ajudaram em diversos pontos. Agradeço também a Dorothy Thompson, historiadora com quem estou ligado pelo acidente do casamento. Cada capítulo foi discutido com ela, e eu estava numa boa posição para tomar de empréstimo não só suas idéias, como o material de suas anotações. Sua colaboração se encontra, não neste ou naquele ponto em particular, mas na forma de encarar todo o problema.

Halifax, agosto de 1963

NÚMERO ILIMITADO DE MEMBROS

“Que o número de nossos Membros seja ilimitado.” Esta é a primeira das “diretrizes” da Sociedade Londrina de Correspondência (*London Corresponding Society*), assim citada pelo seu Secretário, ao iniciar correspondência com uma sociedade similar em Sheffield, em março de 1792.¹ O primeiro encontro da sociedade londrina ocorrera dois meses antes, numa taverna nos arredores da Strand (“O Sino”, em Exeter Street), com a presença de nove “homens bem-intencionados, sóbrios e industriais”. Mais tarde, seu fundador e primeiro secretário, Thomas Hardy, rememorava o encontro:

Após terem jantado pão, queijo e cerveja, como de hábito, e fumado seus cachimbos, com um pouco de conversa sobre a dureza dos tempos e o alto preço de todas as coisas necessárias à vida ... veio à tona o assunto que ali os reunira — a *Reforma Parlamentar* —, um tema importante a ser tratado e deliberado por tal tipo de gente.

Naquela noite, oito dos nove presentes se tornaram membros fundadores (o nono refletiu e se uniu a eles na semana seguinte) e pagaram sua primeira subscrição semanal de um pên. Hardy (que era também o tesoureiro) voltou para sua casa, no número nove da Piccadilly, com todos os fundos da organização em seu bolso: oito penies para o papel destinado à correspondência com grupos de idéias semelhantes no país.

Ao cabo de uma quinzena, estavam registrados vinte e cinco membros, e a soma em mãos do tesoureiro subia a quatro xelins e um pên. (Seis meses depois, a associação anunciava ter mais de 2.000 membros.) A admissão era simples, e o teste consistia

1. *Memoir of Thomas Hardy... Written by Himself* (1832), p. 16.